

J. P.
OLIVEIRA
MARTINS
PORTUGAL
CONTEMPORÂNEO

Esta edição funde num único volume os dois tomos da 3.^a edição (de 1895, a 1.^a data de 1881), a última que o Autor reviu e actualizou em vida.

Oliveira Martins, neste seu retrato vibrante da época, escreveu sobre acontecimentos ainda frescos na memória dos seus conterrâneos. Abundam as referências e alusões a nomes e personagens que seriam sobejamente conhecidos na altura. Todavia, isso já não é o caso para um leitor do século XXI que mergulhe neste texto, e que por isso mesmo se pode sentir perdido no meio de tantas referências. A título de exemplo, o Autor por vezes refere-se a uma personagem pelo seu nome de baptismo ou pelo apelido, e mais à frente pelo título nobiliárquico que entretanto lhe fora concedido. Para tentar ajudar o leitor, acrescentámos em pé de página, sempre que possível e julgámos necessário, pequenos verbetes biográficos, identificados com asterisco, para os distinguir das notas de rodapé do próprio Autor, em numeração árabe.

Esperamos que isto ajude o leitor a melhor apreciar o retrato ímpar do Portugal oitocentista, uma das alturas mais conturbadas na nossa história.

O Editor

Ao Leitor

(Na terceira edição)

Entre a segunda e a terceira edição deste livro deram-se factos graves que obrigam a certas considerações. Declarou-se a crise financeira com o malogro dos empréstimos de 1890 e 91; e este motivo, a falência dos bancos de especulação e da companhia dos caminhos de ferro, e finalmente a revolução brasileira do fim de 1889, declararam a crise económica. Resultado de ambas, a circulação em crise teve de prescindir do ouro, e voltámos ao curso-forçado do papel. E, consequência fatal de tudo isto, a desordem política e a anarquia social progrediram deploravelmente.

Por desgraça, realizaram-se em grande parte as previsões do A. quando há quinze anos escrevia este livro. Antes os seus juízos tivessem provado erróneos e temerários! Antes: porque também não teria o A. sido forçado a intervir pessoalmente na cena política, para onde a força das circunstâncias o arrastou, após aturada campanha que durante anos combateu na Imprensa⁽¹⁾.

Este facto, porém, inibe o A. de acrescentar o *Portugal Contemporâneo* com a crítica dos tempos posteriores ao momento em que primeiro lhe pôs ponto; mas recorrendo a papéis velhos, parece-lhe que a transcrição de um artigo, já posterior aos acontecimentos dos últimos três anos; artigo em que não descortina vício de parcialidade adversa da crítica, esclarecerá o leitor sobre o carácter dos movimentos sociais dos últimos tempos.

Esse artigo é o seguinte⁽²⁾:

⁽¹⁾ *A Província* (Porto); o *Repórter*, o *Nacional*, o *Tempo* (Lisboa), etc. 1885-1891.

⁽²⁾ PORTUGAL, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Parece-me ter chegado ao terceiro momento, em que, no decurso de dois séculos e meio, a Nação Portuguesa se encontra perante uma interrogação vital. Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos, para subsistir como povo autónomo, dentro das estreitas fronteiras portuguesas?

O primeiro desses momentos data de 1640. A Restauração era forçada, para vingar, a subscrever a perda completa dos restos do Império Oriental. Foi necessário o concurso da Europa para assegurar a independência portuguesa, utilizando as inimizades das potências e salariando opiparadamente os nossos defensores.

Depois do Padre António Vieira, diplomata e missionário que foi o S. Paulo da monarquia nova, surgiu o marquês de Castelo Melhor, cérebro de estadista, condenado ao sacrifício pela insipidez do tempo. Do longo pleito da guerra o precursor de Pombal imaginou poder alcançar para Portugal a fronteira do Finisterra, anexando a Galiza, e dando assim uma base de amplitude suficiente à metade norte do País, nunca até agora fundida inteiramente com a metade do Sul do Mondego.

Esse plano falhou; como falhara, durante a primeira dinastia, e, na segunda, no tempo de Afonso V. O marquês morreu exilado, vítima de uma conspiração de alcova e de Corte, acabando com ele o triste rei que era o seu instrumento.

Feita a paz com a Espanha, Portugal independente parecia perdido, tanta era a desolação e a miséria deste povo reduzido à condição de ilotas dos espartanos bretões que o tutelavam. Portugal salvara-se das garras da Espanha, para cair nas da Inglaterra.

Do leão passava ao leopardo. A independência era uma ficção, porque a realidade era o protectorado. Forças morais, intelectuais, para assegurarem a autonomia, não havia. O dessangramento produzido pelo delírio católico imbecilizara o povo.

Forças económicas, haveria talvez, reduzindo-se esta terra às condições que lhe traçava o tratado de Methwen: uma longa vinha, com pouca gente, pois as culturas arbustivas não suportam população densa.

É fora de dúvida que, a prolongar-se uma tal situação, ou Portugal se teria tornado um outro Gibraltar, mais amplo, ou teria caído sob o domínio da Espanha, na primeira das comoções da Europa.

A obra heróica da dinastia de Avis, que nos dera o Oriente, tinha, porém, em reserva, para o futuro do povo português, outras tábuas de salvação. Perdida a Índia, restava o Brasil; e quando Portugal parecia condenado, descobria-se em Minas o Eldorado que séculos antes se

buscara com tamanho ardor na terra fantástica do Amazonas. O ouro e os diamantes do Brasil foram como a transfusão de sangue em um organismo anémico. O sol da riqueza voltou a raiar no horizonte português; e com a autonomia económica, restaurou-se, quanto possível, a energia moral e intelectual. D. Luís da Cunha(*) traçou as linhas do seu *testamento político*, e o marquês de Pombal, como executor, denunciou os tratados ingleses, mandou arrancar as vinhas nas terras de pão, expulsou os jesuítas, reformou os estudos, reconstruiu Lisboa, e esmagou a ferro e fogo as resistências teimosas dos inimigos das ideias novas do racionalismo absolutista.

A autonomia portuguesa foi outra vez efectiva, como antes de 1580; mas essa independência dependia dos rendimentos americanos, com que D. João V tornou Portugal uma cena de ópera ao divino, e Pombal o teatro trágico de uma revolução teórica. Por isso, quando em consequência do tumulto napoleónico foi necessário ao rei fugir para o Brasil; quando houve que assinar os tratados de 1810, para a Inglaterra outra vez nos assegurar a independência; quando, por fim, em resultado natural e necessário de tudo isso, houve que reconhecer em 1825 a separação do Império Brasileiro, outra vez dobravam para Portugal os sinos de finados, e, pela segunda vez, se inquiria se Portugal, reduzido aos recursos próprios do seu território, tinha ou não recursos para subsistir como Nação independente.

No primeiro quartel deste século, repetia-se a situação do meado do século XVII. O carácter histórico da sociedade portuguesa fez então crise. A reacção vitoriosa desde a morte de D. José e do exílio do marquês de Pombal chocou-se com os fermentos de ideias novas que invadiam muitos espíritos. Esse choque traduziu-se em um quarto de século (1826-1851) de guerras civis e revoluções mais ou menos fúnebres. Perdidos os réditos

(*) Luís da Cunha (1662-1749), diplomata e magistrado português. Formado pela Universidade de Coimbra, aos 23 anos foi nomeado desembargador da Relação do Porto, passando depois para a de Lisboa. De 1695 até falecer (durante 54 anos), foi embaixador, quase sempre residente em Paris. Negociou o tratado (1712) que pôs termo à Guerra da Sucessão e conseguiu a reconciliação (1713-1715) entre Portugal e Espanha, salvando para o Brasil o vale do Amazonas e a colónia do Sacramento. As suas memórias são de notável importância para o conhecimento da Europa contemporânea e as suas *Instruções para Marco António de Azevedo Coutinho* bem como o seu *Testamento Político* contêm várias orientações. Imbuído do iluminismo jusnaturalista céptico, foi o mentor do marquês de Pombal e dos reformistas laicizantes subsequentes.

do Brasil para salariar uma sociedade que a educação de séculos reduzira às condições de parasitismo cortesão e sobretudo monástico: o espectro da fonte universal acirrava o ânimo das gentes novas, dizendo-lhes que a salvação estava em uma derrocada do velho mundo português; em uma ressurreição de Pombal, aceso em liberalismo.

E tudo se deitou abaixo, porque a fome é má conselheira; destruiu-se em vez de se reedificar.

Pombal pudera compor o cenário de uma sociedade nova porque tinha as minas do Brasil, com que, antes dele, D. João V tinha composto a cena ostentosa da ópera ao divino, traduzindo com fidelidade maior o genuíno sentir da sociedade. Mas agora, os políticos agitavam-se tontamente em um duplo vazio; um o vazio absoluto de riqueza, outro o vazio de autoridade para reger um povo ainda incapaz de se reger a si próprio, representativamente, conforme a doutrina.

Ao lado das ruínas da sociedade velha, derruídas pelos golpes dos legisladores, formavam as ruínas nascidas espontaneamente com o estalar sucessivo das molas sociais. Era o tesouro falido, a bancarrota do papel-moeda, os juros da dívida por pagar, os campos incultos, a propriedade sem valor, a mendicidade universal, e como comentário, ou consequência da agitação febril das revoltas, o comunismo burocrático substituindo o antigo comunismo monástico: o caldo das secretarias, distribuído pelos Governos, como o caldo das portarias o fora outrora pelas comunidades.

A dois séculos de distância, no meado do século XIX, havia a mesma desesperança na estabilidade do País, a mesma convicção da insuficiência dos seus recursos para subsistir. Quem raciocinava, concluía que tudo ia acabar; mas, muitos deixavam-se vibrar a compasso do messianismo ingênito na alma portuguesa. Havia uma esperança vaga em um milagre salvador. O sebastianismo tomava outra forma.

E os tempos deram razão aos sebastianistas. Porque no sistema de governo, não previsto por Aristóteles na sua *Política*, implantado em 1851 em Portugal encontrámos um novo pactolo a explorar. Transaccionou-se com todos os vícios históricos da sociedade, dando ao comunismo burocrático uma expansão tal que, satisfazendo a todos, atrofiasse as sementes de futuras revoluções. Às engrenagens administrativas de que o Estado já dispunha, juntou-se a legião nova dos beneficiados de obras públicas; muitos milhares de funcionários, mais ou menos opiparamente prebendados; muitas centenas de concessionários enriquecidos; trabalho à farta por toda a parte para as populações rurais, e instrumentos de veniaga local para o funcionamento do maquinismo das eleições.

O programa do *fomento*, porém, em um País extenuado e exangue, seria um sonho se a sua apresentação não coincidissem com o período de máxima expansão do capitalismo neste século. Portugal pareceu por largos anos um bom país a explorar e as bolsas europeias, passando a esponja do esquecimento sobre as bancarrotas passadas, abriram os seus cofres. Outras minas se tinham achado, outro Brasil surgiu. E talvez ainda tivesse produzido mais do que o americano! Porque, em 40 anos, o Tesouro português conseguiu obter por empréstimos uma soma aproximada de 90 milhões esterlinos efectivos, em bom ouro.

Se D. João V recamou Portugal de igrejas e palácios e o marquês de Pombal reconstruiu Lisboa, o nosso tempo coalhou o reino de estradas de ferro e de telégrafos, dotando as costas com dois portos: um no Tejo, outro em Leixões. O utilitarismo; substituía-se à religiosidade e à pompa; mas no fundo, para a fisiologia social, era o mesmo: uma sociedade vivendo de recursos estranhos ou anormais e não do fruto do seu trabalho economia.

Porque enquanto o cenário do *fomento* dava a Portugal a aparência dum país rico, o facto é que a balança económica, principalmente expressa pelos algarismos do comércio externo, acusava um *deficit* sempre crescente e de alcance inverosímil quase. Como se sustentava, pois, o castelo português? De um modo simples: 1.º suprimindo a escassez do trabalho interno pelos subsídios oficiais, salariando a ociosidade e pagando-a com o produto dos empréstimos; 2.º, saldando anualmente a conta económica da Nação com a exportação de gado humano, exportação que não trazia a Portugal, em média, menos de três milhões esterlinos ao ano, senão mais.

A anormalidade destes meios com que *se mantinha* o aspecto de uma fortuna enganadora, não era segredo para ninguém mediocrementemente instruído; mas, como a grande maioria da gente dirigente vivia dessa própria anormalidade, muitas opiniões interessadamente equívocas faziam coro com a opinião obscura da maioria não-pensante. O S. Martinho convinha a todos, e os cépticos abordoavam-se ao rifão: Enquanto o pau vai e vem folgam as costas.

Há oito anos, em 1885, quando me decidi a intervir activamente na política portuguesa, publiquei um livro (*Política e economia nacional*), em que expunha o pensamento, agora condensado nestas breves linhas. Afirmava que o regabofê não podia ir já muito longe. Indicava os meios que, a meu ver, deveriam pôr-se em prática para dar consistência e estabilidade económica a Portugal, para lhe dar consistência e estabilidade moral e intelectual; pois, casa onde não há pão...

Era, sobretudo, necessário atacar de frente os dois problemas fundamentais, o da economia pública do País e o das finanças do Estado, para de tal modo se poder travar a roda dos empréstimos e a das importações excessivas, estabelecendo ao mesmo tempo o equilíbrio na balança económica do País e na balança do seu Tesouro.

As linhas gerais desse programa de 1885 eram a colonização do Sul do reino, despovoado e inculto, derivando para aí a emigração agrícola minhota e açoriana; e protecção pautal à indústria fabril, desenvolvendo a produção interna para nos libertar das importações; a instrução técnica ou profissional e o regulamento do trabalho nas suas relações com o capital; o fomento das instituições cooperativas de crédito, de seguros, de produção e de consumo; a protecção às pescarias nacionais, explorando convenientemente a riqueza das costas e preparando também o viveiro de mareantes; a restauração da marinha mercante nacional; e finalmente a ordenação do sistema colonial, estreitando os laços económicos com a África Ocidental e entregando as de além do Cabo da Boa Esperança ao regime do *self-supporting* pelos meios mais oportunos.

Quanto ao problema das finanças, pensava eu que, no regime da mais estrita economia, pondo ponto ao delírio de obras públicas, cumpria organizar a circulação fiduciária, reconstituindo o Banco de Portugal; reformar os impostos directos, revendo a contribuição predial, instituindo o imposto fabril, e transformando os mais em uma contribuição de rendimento progressivo; nacionalizar pelo resgate os caminhos de ferro particulares, convertendo em obrigações ferroviárias a parte de dívida correspondente ao dispêndio efectuado com essas linhas e com as que são propriedade do Estado; afectar o Tesouro dos bens nacionais, a amortização da dívida, repondo esse ramo de serviço em um regime de independência de que a centralização excessiva o fizera sair.

Penso ainda hoje que se, a tempo e com juízo, as linhas gerais de um tal programa se tivessem seguido, Portugal teria evitado as catástrofes que o esmagam. Quis, porém, a sorte que as coisas levassem rumo diverso; mas a prova da exacção dessas ideias está no facto de que, mal, tarde e a más horas, muitas vezes, elas se têm imposto e estão impondo pela força das circunstâncias, não pelo plano deliberado dos estadistas.

Alargou-se, é verdade, a circulação fiduciária; mas alargou-se quando, reconstituído o Banco, veio a crise geral impor o curso-forçado, e todo o ouro desapareceu. Reconstituiu-se a Junta do Crédito Público, mas como consequência necessária da bancarrota e não como revigorador do crédito nacional. Legislou-se a protecção pautal, mas teve de vir em

um momento em que, pela crise geral, o consumo fraquejava. Fazem-se tentativas de remodelações tributárias, aplicando o princípio da progressão; mas fazem-se nas angústias de uma situação que estanca as forças contribuintes. Aplicou-se às colónias da África Oriental o princípio da concessão às companhias; mas depois do deplorável conflito inglês de se ter criado uma inimidade talvez ainda prenhe de consequências graves.

Estas circunstâncias não surpreendem; de espantar seria que um povo educado tão anormalmente para a vida contemporânea, mostrasse força e agudeza bastante para se emendar, sem que as circunstâncias o obrigassem à abstinência e à opção entre o trabalho e o desespero!

Há já três anos que soou para Portugal o quarto de hora de Rabelais. A um tempo, a baixa do câmbio secou a corrente das remessas da emigração no Brasil; e a ruína do crédito estancou a fonte de rendimentos dos empréstimos.

Foi forçoso solver de um golpe os débitos comerciais externos e para isto, e para suprir os *deficits* internos, apesar da falência do Tesouro, dos bancos e de companhias, grande jubileu que nestes três anos de crise não representa menos de 30 ou 35 mil contos, houve que exportar o ouro circulante e substituí-lo por 50 mil contos de papel-moeda, ou notas inconvertíveis, o que vem a dar à mesma coisa.

Em tão críticas circunstâncias, tem o País, dentro das suas fronteiras, com os seus recursos próprios, meios de manter o equilíbrio económico? Tem o Tesouro receitas para manter o equilíbrio orçamental, ainda depois da bancarrota que reduziu as despesas?

Pela terceira vez se formula a mesma pergunta; mas agora com uma consciência mais nítida do caso, porque também as condições em que ele se dá são outras, e os balanços da barca nacional mais grossos. Pareceria quimérico esperar que viesse uma restauração de forças pelo civismo, pela abnegação, qualidades viris com as quais nem os povos, nem os indivíduos caem nunca. Não foi possível conseguir isso quando talvez ainda bastassem medidas preventivas. Não o foi, quando o divórcio entre a sociedade e o poder não era tão declarado. Não o foi, quando ainda a miragem da fortuna por um câmbio de instituições não tinha alastrado como hoje. Não o foi, quando a desorganização administrativa se não tornara, ou tão completa, ou tão patente, nem a anarquia intelectual tão acentuada.

É lícito esperar que o acicate da miséria consiga o que não conseguiu a voz da razão? A fome é má conselheira. Quem dela esperar mais do que exaltações mórbidas, engana-se talvez.

Mais uma vez ainda, a tábua de salvação está no mundo ultramarino e na vida airada e aventureira cuja sorte já salvou Portugal no século xvii e neste. Consolide-se a ordem no Brasil, suba a *taxa* do câmbio, e os quantiosos valores aí represados voltarão, pelo menos, em parte, a regar as terras portuguesas. Por outro lado também, já hoje a África Ocidental, com o seu rápido desenvolvimento económico, entra por muito na ponderação da balança portuguesa. Se não fossem as exportações africanas, já agora estas linhas, que vou traçando com amargura, seriam talvez o eco da anarquia desaçaimada.

Salvar-nos-á, no século xix, Angola, como nos salvou o Brasil no século xvii? Caber-nos-á essa fortuna a tempo de prevenirmos o esfacemento pela fome? Virá antes que nos assaltem complicações graves de ordem externa?

Nestas perguntas, parece-me, está hoje resumido o problema português; e pouco viverá quem não lhe assistir ao desenlace.

Abril, 1894.

OLIVEIRA MARTINS

Explicações

(Na segunda edição)

Eu bem afirmava que este livro não satisfaria a ninguém!... Acoimado de miguelismo, condenado como espírito azedo e pessimista, tive a sorte que esperava, e os motivos desta minha expectativa provaram fundados.

Levou-se a mal, como era de supor, que eu procurasse deslindar da teia de lendas absurdas ou risíveis o carácter pessoal de D. Miguel: chamou-se a isso uma apologia⁽³⁾. Nem um facto, nem uma indução legítima, foram, todavia, contestados, o que me leva a não alterar o retrato desse príncipe, simpático para mim na sua infelicidade. E tenho até a vaidade de acreditar na perspicácia deste sentimento, parecendo-me que, se de futuro a História voltar a ocupar-se de D. Miguel, há-de concordar mais comigo do que com os autores do retrato do *monstro*. Esses autores escreviam com a pena molhada no fel amargo do ódio.

Disse-se-me também que eu reduzia a muito pouco o alcance ou o valor da Carta de 26; e sem concordar com a crítica, achando todavia útil desenvolver mais certos pontos, retoquei essa parte da obra⁽⁴⁾. Mas quando se alega ser erro o notar eu a exclusão dos morgados do pariato, pois, sendo livre do rei a nomeação dos pares, a Carta ninguém exclui, devo responder que a Carta, com efeito, não os excluía (nem eu jamais o disse), mas excluía-os D. Pedro não os nomeando, e até a

⁽³⁾ V. *O Port. Contemp. de O. M.*, opúsculo do sr. Rodrigues de Freitas; os folhetins de C. S. B. (iniciais que indicam o nome de uma senhora tão cheia de entusiasmo como de talento) no *Jornal do Comércio*, de Lisboa, 24-5 Julho de 81; o artigo do sr. Teófilo Braga no *Positivismo*; etc.

⁽⁴⁾ Liv. III, v. 3.

própria força das coisas impedindo a entrada de uns milhares de nobres menores na Câmara Alta. Eram em número demasiado.

Outros reparos, a que não aludo para não ser extenso, vão ou não vão atendidos no texto, conforme se me afiguraram fundados ou mal cabidos.

Não me surpreenderam as censuras dos nossos jacobinos mais do que as dos liberais: previa-as igualmente. O meu livro, disseram, é um quadro pitoresco, mas falta-lhe o princípio orgânico, a «linha lógica», porque eu a não soube ou não quis ver na tradição revolucionária de 20, esse movimento «em que pela primeira vez se revelou a classe média de advogados, juristas e coronéis.» — «Pinta com cores verdadeiras», prossegue o meu crítico⁽⁵⁾, «esta dissolução do regime monárquico parlamentar, mas é injusto lançando à conta do organismo da Nação o que é produzido pelo corpo estranho da realeza e dos políticos vendidos».

Ora eu, não sendo individualista, nem até politicamente «liberal», não podia achar na tradição de 20 a «linha lógica»; e pensando que as nações têm sempre aquele Governo que querem ou que merecem, não podia tampouco ter na conta de «corpo estranho» a realeza nem os políticos. Ela e eles e o povo e todos pareceram-me antes efeitos do que causas. Se pretendi mostrar por quanto entrava nas misérias da nossa História contemporânea a fraqueza dos caracteres, a apatia ou a loucura das populações, o desvairamento dos chefes: patentei, parece-me, quanto esses males sociais provinham, não só dos legados da História, como da influência deprimente e desorganizadora das teorias do naturalismo individualista, herdado da filosofia do século XVIII e popularizado pela Revolução Francesa. Sob o nome indefinível de liberalismo, essas doutrinas, nos seus aspectos sucessivos, vieram terminar afinal no materialismo prático, fazendo dos «melhoramentos materiais» o pensamento exclusivo do povo, e do Governo uma agência de caminhos de ferro. Como se nós valêssemos absolutamente mais por andarmos em doze horas, em vez de trinta ou trinta e seis, a distância de Lisboa ao Porto!

Mas o que ofendeu sobretudo liberais e jacobinos foi o tom pessimista — ao que dizem — da obra. Eu tinha-a por justiceira apenas, e até às vezes caridosa. «Fica-se com a cara a uma banda». Pois fique-se. Concordo que a atitude é desagradável, mas, na minha missão

⁽⁵⁾ O sr. T. Braga, *Positivismo*.

de crítico, não posso alterar a significação dos factos, sem poder também acreditar que tamanhos males venham apenas da circunstância de haver sobre um estrado de alguns degraus um homem de manto e coroa com as mãos atadas pelos políticos de espadim e farda. Eles governarão o rei, mas quem os escolhe a eles é o povo: se são maus, por que os prefere? Não. A culpa é portanto nossa, de todos nós, que não valemos grande coisa — fique-se embora com a cara a uma banda!

Alegam que o livro é injusto na sua severidade; e entretanto, de todos os articulados duma obra a que houve quem chamasse libelo, nem um só foi destruído; e são os próprios críticos que me mandam juntar ao rol das delapidações liberais as pratas de certas igrejas e a custódia de Belém que a rainha tomou para si, bem como o convento e a cerca do Sobralinho de que se apoderou o duque da Terceira.

Acham, também, que eu *carrego de mais* o quadro da situação presente, que sou uma criatura pessimista, por génio, segundo uns, por falta de «orientação mental», explicam outros. Jamais contestei o facto do enriquecimento recente, antes o pus em toda a evidência; parece-me contudo que se lhe exagera o alcance. Leis como a da abolição dos vínculos e da desamortização por força haviam de criar riqueza; obras públicas como as que se têm feito desde 1851 haviam de a mobilizar. Politicamente, porém, esse facto isolado vale pouco. Pensa alguém que Portugal, fosse qual fosse o destino da sua História contemporânea, teria deixado de progredir em riqueza? Ninguém o pense. Politicamente o que importa, pois, é comparar o progresso realizado com o das outras nações da Europa.

Dada esta explicação, pelo que diz respeito ao progresso crematístico, temos de perguntar agora se os críticos pensam que se resume nele a vitalidade de um povo. Eu não penso. Enriquecer é excelente, mas é apenas um meio: quando se torna um fim, em vez de excelente, é péssimo. Antes pobres com ideias e carácter, do que chatins vulgares e dinheirosos.

Ora eu desafio quem quer que seja a provar-me o nosso progresso intelectual e moral. Eu vejo — não vêem todos? — uma decadência no carácter e uma desnacionalização na cultura. Dos costumes políticos não falemos. Literariamente a língua perde-se, e mais de um tem alegado como documento os meus próprios livros! Depois da geração de João Pedro Ribeiro, de Ferreira Gordo, de Bonifácio de Andrade,

de Amaral, do visconde de Santarém(*), de Mouzinho, de Brotero, de Pinheiro Ferreira, ainda tivemos um homem, Herculano: um único, para suceder à plêiade numerosa dos académicos do primeiro quartel do século. E se hoje se levanta esporadicamente alguma excepção, o facto é que se cindiu a tradição intelectual, que se perdeu o hábito de pensar, que apenas se escreve, por arte ou por indústria, numa linguagem mascavada, o que vem cozinhado e requentado de Paris.

Mas quem já ganhou fama de má-língua tem liberdade para dizer tudo: seja esse o meu merecimento! Merecimento, não! Acodem aqueles próprios que reconhecem a verdade das coisas, porque de tal forma murcham-se as esperanças e entibiam-se vontades. Nisso não creio eu. Se a verdade é cáustica, nenhum médico hesitou ainda em aplicar vesicatórios. Hoje, queremos saber, não queremos sonhar. Dizer as coisas como elas são, pode doer, mas o que arde sara. Oxalá que do ardor viesse uma reacção formal, decisiva, que me refutasse de um modo terminante! Oxalá, digo-o do fundo do meu coração, seja forçado a confessar-me iludido!

Por ora não. Há muito, porém, quem assegure que desvario e sonho, que tudo marcha razoável, regular e optimamente. Se assim é, pois, não há razão para temer o meu pessimismo, extravagância inocente e sem alcance. Digam-me que estou doente, quando me sinto robusto e forte, e ver-me-ão rir. Ria-se Portugal do que eu digo, se é capaz...

Alguns me acusaram finalmente por eu não terminar a obra com um formulário para as doenças da pátria, crendo-me acaso com ambições a curandeiro. Não: o género abunda, os récipes fervem.

Daqui oferecem-te, leitor amigo, acabar com os pares; de além que se acabe com o rei. Outro acha melhor que se conclua federativa e progressivamente com a Nação. Outro entende decisivo que embarquemos para ir colonizar a África. Mas os mais numerosos são os que te aconselham a deixares-te ficar quieto na imobilidade plácida da gente séria e feliz.

Eu não apresentei récipe, pelo motivo simples de que o *Portugal Contemporâneo* não é um livro de partido, nem de polémica, nem de

(*) Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1856), 2º visconde de Santarém. Historiador português, acompanhou a corte até ao Brasil e aí deu início à investigação histórica. Foi embaixador na Dinamarca (1814), ministro do Reino (1827) e dos Negócios Estrangeiros (1826-1833).

revolução: é um livro de História, conforme eu entendo que a História se deve escrever, como quem escreve um drama.

Todavia, se me é lícito dizer neste lugar o meu pensamento, aí vai o que está hoje na consciência de mais de um português. Diz-se nas conversas, não sei se até se escreve nos jornais, que um rei medroso e indiscreto é o obstáculo principal às reformas, o patrocinador decidido do regime de corrupção em que vivemos; e que uma abdicação, uma ditadura são indispensáveis à salvação do País.

Faça-se, pois, essa derradeira experiência. Aconselhe-se ou exija-se essa abdicação, venha essa ditadura que, no regime actual, ou terá de encontrar no novo soberano uma adesão sincera, ou será estéril como foi a de 1868.

Repita-se o movimento, escolham-se homens sábios e virtuosos a ver se se logra melhor fortuna. Em 68 o apoio decidido da parte sincera e sã da Nação naufragou contra a hostilidade da Coroa e contra a incapacidade dos ditadores. É que estes, educados ainda no radicalismo, pensavam que o seu ofício consistia em pregar moral e em decretar reformas radicais.

As necessidades urgentes de Portugal são maiores e mais complexas. Liberdade há suficiente, de mais até: ninguém pensa hoje em dia em atacar esses direitos do indivíduo que andam erradamente nas Constituições, quando o seu verdadeiro lugar seria o código civil; mas urge reformar num sentido prático os sofismas que, sob o nome de «liberdades», corrompem até à medula o corpo desta sociedade. Urge moralizar a administração e extirpar o parasitismo que nos rói. Urge pôr ponto e ordem no desvairado rumo das finanças, no regime iníquo e absurdo do imposto. Urge sustentar na queda, ou amparar na nascença, a navegação e as indústrias para os nossos filhos não serem forçados, à míngua de ocupações, a pedir por esmola um emprego. Urge povoar um território meio deserto e plantar gente nas brenhas que por toda a parte mancham o País. Urge acabar com a agiotagem que, alimentando um Tesouro mendigo, nos conduz rápido à ruína. Urge, numa palavra, moralizar uma política desvairada, levantar uma autoridade abatida; e levantá-la não pela força, mas pelo respeito devido ao saber e ao carácter; urge restaurar as forças económicas de uma nação adormecida e o vigor moral de um povo atormentado.

Se para isto é necessário que um rei se demita, demita-se o rei. E se para o rei abdicar for mister coagi-lo, faça-se. Resta saber se o egoísmo, a cegueira, o interesse vil, a indolência, a ignorância, a

veniaga de que os políticos abusam em particular, e o servilismo que em público distingue a Imprensa: resta saber se não poderão mais do que as ambições nobres de uma minoria de gente ingénua e boa.

Novembro de 1883.

Advertência

(Na primeira edição)

Esta obra provocará decerto no espírito dos leitores impressões que o autor não tem a vaidade de exigir que sejam vivas, mas que certamente serão imprevistas. Mais de um abrirá o livro confiado ou receoso de encontrar nas suas páginas as opiniões que passam por ser revolucionárias, e muitos acabarão chamando reaccionário — até miguelista! — ao que o escreveu. Os radicais hão-de condená-lo como herético, os conservadores repeli-lo como importuno, os ultramontanos fulminá-lo como perverso. Isolado e só, sem contentar a ninguém, sem se inscrever no rol de nenhum partido, sem se filiar em nenhuma das escolas laureadas ou na estrada de o serem, ficará por isso menos verdadeiro? Decerto não. O isolamento é a situação que convém ao escritor, a independência o processo necessário da crítica. Só assim se trabalha por amor da História, obedecendo apenas à razão, como os artistas que apenas obedecem à estética. Ora um livro de História contemporânea, alheio a qualquer das escolas e partidos vivos, é, concedam-me esta vaidade, um caso raro. Dessa raridade provêm as impressões singulares do leitor ao percorrer a obra.

O isolamento do escritor e a impassibilidade da crítica são tanto mais indispensáveis, quanto há que tratar de actos recentes e de pessoas ainda vivas ou quase. É mister desconhecer individualmente a todos e achar-se como perante uma sociedade morta ou estranha, para livremente a poder julgar. Se as opiniões partidárias conturbam o espírito crítico, as considerações pessoais não lhe fazem menor mal. Para o redactor de *memórias* é indispensável ter tomado parte nos acontecimentos e ter visto de perto os personagens. Para o polemista é também indispensável obedecer a um sistema de doutrinas que o entusiasme, ou pelo menos o dirija. Mas para o crítico tais condições

seriam funestas. Mal dele se aqui ou além tivesse ódios ou amores: carregaria as sentenças ou suprimiria as acusações, para obedecer aos impulsos do sentimento. À História que é fria, impassível e como que morta por ser impessoal, substituiria o escritor a vida particular do seu espírito; e em vez da pintura realista de uma sociedade, produziria um quadro subjectivo.

Se um tal processo ainda irrita as pessoas educadas à antiga, quando se trata de histórias velhas, o que não será tratando-se de histórias actuais? Se ainda por simpatia ou ódio se julga de Afonso Henriques ou de D. João IV, o que não será de D. Miguel, de Saldanha(*), do Imortal-dador(**), de Rodrigo(***), etc.? O autor sabe pois que será simultaneamente condenado pelos amigos e pelos inimigos de todos; uns acharão crueldade onde outros acharão favor, uns aplaudirão uma página para clamar contra a seguinte, outros farão ao inverso, e a todos, sem excepção, o livro deixará de satisfazer. Virá isso da mesquizez dos dotes do autor, mas vem também da natureza da obra que empreendeu. Na obscuridade da sua vida, na paz do seu pensamento, nem a sombra de uma paixão, nem os laivos de nenhum ódio jamais podiam inspirar a quem é estranho à vida política. O exame dos nossos tempos apenas lhe provocou expressões daqueles sentimentos que são compatíveis com a serenidade da crítica: uma ironia sem maldade, uma compaixão sem orgulho, pelas repetidas misérias dos homens: às vezes, uma simpatia e um respeito singulares por certos indivíduos

(*) Referência a João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun (1790-1876), marechal e duque, militar português, neto do marquês de Pombal. Notabilizou-se nas batalhas no Buçaco (1810), Arapiles (1812), Vitória (1813) e Nice (1813) contra os franceses. Em 1821 foi nomeado capitão-general do Rio Grande do Sul (Brasil). Em 1822 regressa a Portugal. Liberal, foi nomeado em 1827 ministro da Guerra. Em 1828 refugiou-se na Inglaterra. Em 1833, D. Pedro nomeou-o chefe do Estado-Maior do Exército. Foi chefe do governo durante 3 meses. Ainda voltou a Londres como embaixador, mas viria a falecer pouco depois. Era filho dos primeiros condes do Rio Maior; foi elevado a conde (1827-1833), a marquês (1834) e a duque (1846).

(**) Referência a D. Pedro, que outorgou («doou») a Carta constitucional de 1826.

(***) Referência a Rodrigo da Fonseca (1787-1858), político liberal português e militar, carreira que abandonou em 1817 por implicação pessoal na conspiração de Gomes Freire. No Brasil, onde se refugiou, foi secretário do governador de Pernambuco e da Junta Governativa (1821) e fundou no mesmo ano o jornal político *Aurora Pernambucana*. Após a vitória dos liberais, abraçou as pastas do Reino (1835 e 1851-1856) e dos Estrangeiros (1841). Moderado e político hábil e empenhado na consolidação das instituições liberais, foi uma das figuras cimeiras da Regeneração.

excepcionais. Ironia, compaixão, simpatia, respeito, moderadas emoções com que é lícito acompanhar o estudo sem prejudicar a lucidez da vista, não impedem, contudo, que acima dessas impressões fugitivas se coloque o reconhecimento profundo, inabalável das causas que fazem dos homens os instrumentos do acaso, ou do Destino.

Concebido assim, e melhor ou pior assim executado, o *Portugal Contemporâneo*, sem ser miguelista nem liberal, nem cartista nem setembrista, nem regenerador nem histórico, nem monárquico nem republicano, decerto não satisfaz à opinião de nenhum grupo, ao sistema de nenhuma doutrina; mas por isso mesmo servirá melhor à História, se o autor pôde desempenhar-se da tarefa concebida. Essa tarefa é singularmente dura, sujeita a perigos numerosos. Andam vivos os monumentos da História actual; e mais de uma vez, decerto, muitos deles poderão corrigir as afirmações, as opiniões formuladas. Oxalá o façam todos: oxalá possam rasgar uma a uma as páginas tristes que pululam nesta obra! Oxalá com as suas rectificações, forcem o autor a moderar a melancolia dominante no seu livro. Será, contudo, necessário negar com provas e documentos, mostrar e corrigir os erros, pois não basta acusar de pessimista a obra com as vagas afirmações correntes acerca da grandeza das nossas façanhas e da excelência e prosperidade do nosso estado actual! Às pessoas simples agrada sempre mais a opinião dos optimistas, embora eles falem por indolência ou cálculo; e isto é mais uma razão para que este livro seja acolhido com vitupérios e não com elogios. Se nem partidária ou doutrinariamente pode satisfazer, menos ainda agradará ao comum dos leitores uma obra que nem Sancho nem Falstaff inspiraram. Porém, o escritor que ambiciona tornar-se digno deste nome não indaga a direcção das correntes volúveis da opinião para as seguir, pois sabe que, fazendo-o, acabará com elas. Em vez de lhes obedecer, por via de regra, opõe-se-lhes, por esta razão simples de que para apoiar é quase inútil escrever.

Mas de todos os motivos que tornarão este livro antipático e hostil à maneira de pensar de quase toda a gente, não tocámos ainda o mais grave: a negação do liberalismo individualista como fórmula definitiva e adequada à constituição das sociedades. Respirando uma atmosfera diversa, independente da influência de uma doutrina exclusiva, o autor pôde estudar despreocupadamente o velho e o novo regime, por isso que a data de 34 nem significa para ele uma ruína deplorável das instituições eternas, nem o estabelecimento de um sistema de verdade

definitiva: apenas a passagem das fórmulas históricas e absolutistas para as fórmulas revolucionárias e individualistas.

Ora o facto é que, meio século depois desses acontecimentos, e apesar das sucessivas provas práticas, ainda não foi possível convencermos-nos do carácter abstracto, subjectivo, e por isso incompleto das fórmulas vitoriosas de 34. Ainda o máximo número, conservadores e revolucionários, pisa a tão estafada via da Liberdade, e apesar de todos lhe terem reduzido a poeira o pavimento, ainda se supõem seguros e firmes. Nem admira: séculos são quase sempre necessários para varrer as nuvens das ilusões. Os conservadores centralizando todos os dias a máquina social, cada vez mais complexa, com os seus exércitos, as suas poderosas marinhas, os caminhos de ferro, as grandes companhias, as dívidas colossais, obedecem à fatalidade de um movimento necessário; mas nem por isso deixam de se dizer discípulos de um individualismo, de uma descentralização, que diariamente contradizem nos actos. Desta inconsciência nascem as fraquezas e uma deplorável falta de consistência doutrinária.

Dão por isso o flanco aos ataques dos revolucionários que, por não governarem, se não podem contradizer. Governem, porém, um instante, e ver-se-á logo uma pavorosa anarquia como em Espanha, ou em Paris em 71; ou ver-se-á, como na França de hoje, uma república só diversa do império, por fora. Condenados à desordem ou à conservação, os revolucionários de hoje expiam as consequências da falta de um critério científico na organização das suas ideias. São ainda a cauda arrastada do antigo jacobinismo individualista: ainda vêm na República um ideal, e soluções íntimas em questões de pura forma, absolutamente exteriores: matéria de ocasião, conveniência, oportunidade. A tirania das fórmulas abstractas ainda os subjuga, ainda a ideia da soberania individual os domina; embora já não seja difícil ver como nessas opiniões anacrónicas se infiltra o espírito novo. A contradição levanta-se, por tal forma, violenta e grave: mas quem descobre as contradições íntimas das ideias, senão o número mínimo dos que pensam?

Esta desordem de ideias simultânea em conservadores e revolucionários é geral a toda a Europa latina. Desde que o direito divino acabou, e já se pode considerar isso um facto consumado nos espíritos, embora ainda a necessidade imponha a muitos países as instituições monárquicas; desde que, por outro lado e ao inverso, as fórmulas individualistas, contrariadas pelo desenvolver fatal das sociedades, não podem fixar-se

nas instituições, nem ceder ainda o lugar nas inteligências a princípios científicos, força é que os conflitos do pensamento e dos actos apareçam constantemente. De um tal estado de falta de coordenação das acções pelas ideias provém o espectáculo de uma sociedade confusa, onde a mediocridade e a insensatez vão de braço dado caminhando às cegas numa estrada sempre deprimente dos caracteres.

Talvez em parte alguma da Europa estas consequências do individualismo sejam tão visíveis como em Portugal, por isso mesmo que entre nós a extenuação das forças vivas da sociedade chegou a ponto de destruir inteiramente as antigas instituições e ideias. País nenhum da Europa é, com efeito, neste sentido, mais *liberal*: se até o clero entre nós é progressista! Mas também por isso, acaso em parte alguma se encontrará tanta pobreza de gente, tanta escassez de carácter. As classes conservadoras, cépticas, vivendo numa apatia moral entorpecedora da dignidade e até da inteligência, ficam pardas, banais e mesquinhas. Os revolucionários, sem a boa disciplina de inimigos pujantes e sábios, baixam igualmente, apresentando, nas extravagâncias dos seus actos, a desorientação dos seus pensamentos, o vazio dos seus cérebros, e uma virulência que demonstra a ausência de verdadeira força, quando não demonstra igualmente a inferioridade dos caracteres.

Dito isto, não é verdade que os conservadores apodarão o livro de revolucionário, e os revolucionários de conservador? Sobrada razão têm ambos para o fazer, pois para o autor a verdade encontra-se nesta fórmula que é paradoxal ainda: a máxima revolução, na máxima conservação. Consinta o leitor uma breve explicação, para não ficar impressionado por um modo que nos magoaria.

Todo aquele que meditar sobre a História da civilização de qualquer povo achará no âmago dessa História este facto: a crescente aproximação das condições dos homens, aproximação nos haveres, no saber, na capacidade, nas funções políticas e sociais. À medida que a civilização cresce, diminuem as diferenças entre os membros de uma sociedade: à especialização das funções corresponde uma equivalência de forças. Estas palavras irrefutáveis bastam para nos mostrar que o critério da História é a Igualdade, expressão concreta da civilização.

Variáveis, múltiplos, dependentes do tempo, do lugar, do carácter, são os meios que podem servir na História para permitir ou favorecer o desenvolvimento dessa lei íntima, peculiar à sociedade dos homens. Repúblicas, monarquias, impérios, tiranias, demagogias, todos podem servir e têm servido. Dizia-se que todas as estradas levavam a Roma!

Assim todos os caminhos, por tortuosos e mal traçados que sejam, conduzem à Igualdade; e desde que haja uma compreensão verdadeira e íntima deste facto, suprimir-se-ão muitas fórmulas e discursos ociosos; ver-se-á que a revolução, no que hoje se nos afigura ainda mais terrível, e para tantos mais insensato, é a expressão de uma lei achada na observação positiva do modo de existir das sociedades.

Mas se tal é o critério íntimo e a suma lei, é mister observar também que, se nenhuma ambições, nenhuma abstracções, são capazes de impedir a marcha progressiva, tampouco nenhuma fórmulas podem transformar da noite para o dia a face das coisas. A sociedade não é, como um teatro, um mecanismo: é, como o mundo, um organismo. Se à razão humana foi dada a consciência dos actos próprios, foi-lhe, porém, negada a força bastante para alterar as leis naturais. Pode reconhecer um destino, sem poder eliminar a distância que a separa dele. Assim o caminheiro vê ao longe a porta da cidade para onde vai, sem poder, embora o deseje, suprimir a estrada que dela o separa. Gradualmente avança, gradualmente a sociedade se desenvolve, aproximando as condições dos homens, distribuindo mais por igual a instrução e a riqueza, influindo na própria organização dos indivíduos até o ponto de fundir muitos dos caracteres físicos numa unidade típica.

Este modo de ver, lealmente revolucionário, evolutivamente conservador; esta opinião apenas nascente, mas por todos os lados confirmada nas doutrinas e nos factos; esta fórmula que dissemos paradoxal, e só o é para quem ainda respira passados ares; esta doutrina, já esboçada por espíritos como Laveleye e Shaffle, Kauffmann, Maine e Bluntschi, e principalmente filiada na filosofia alemã por um lado, e por outro nos progressos maravilhosos das ciências naturais em toda a Europa nestes últimos trinta anos: este modo de ver, concluimos, constitui a síntese das ciências sociais.

A palavra política que a exprime é Democracia: igualdade na distribuição do poder constitucional. Mas se o poder político é a soma ou resultante dos vários poderes sociais, riqueza, inteligência, saber, etc., como será geral o primeiro, enquanto os segundos o não forem? Como terá o povo autoridade, se não tiver em si a riqueza, nem o saber, nenhuma força, além do braço? Por isso as democracias não têm sido mais do que uma série de revoltas brutais, em que o filósofo descobre, contudo, a expressão rudimentar de um pensamento nascente. Neste ponto surge a doutrina antiga a dizer-nos que a livre concorrência das forças é a fórmula do progresso; mas surge

também logo a ciência a mostrar-nos que a luta do forte e do fraco é a vitória necessária do primeiro. E como na sociedade há o critério que sabemos, a consequência da liberdade seria a negação da igualdade. Inspirar com a ciência a democracia, varrendo os restos das abstrações subjectivas do espiritualismo antigo, eis aí, na opinião do autor, o destino fecundo proposto aos publicistas.

Caíam por terra todos os aéreos balões perdidos: radicais, jacobinos, federais, republicanos, individualistas, localistas e *tutti quanti*! Honra a quem melhor souber ensinar a virtude, distribuir a ciência e a riqueza, entre um povo infeliz, digno de melhor sorte. Tratai dele e vê-lo-eis crescer e medrar — até dia em que dispense a tutela historicamente indispensável de classes privilegiadas, militares ou industriais, aristocráticas ou burguesas. Então a democracia será uma verdade e não uma ficção; a liberdade um facto, não uma fórmula; a sociedade uma harmonia, e não um caos. Mas ai dos que não tiverem olhos para ver! Porque a marcha dos tempos, o andar das coisas não páram; e se em vez de educar, seguirem destruindo; se em vez de proteger explorarem o povo as classes que agora o dirigem, a democracia nem por isso deixará de vir. Mas virá com um brandão incendiário, um grito de guerra, uma foice, um chuço, um machado, vingar-se de quem não soube cumprir o seu dever. Assim faziam na Idade Média os jacques aos senhores nos seus castelos; e por honra do nosso século os novos barões deveriam mostrar pelo menos uma inteligência mais perspicaz, se não podem dar provas de uma virtude maior.

PORTUGAL
CONTEMPORÂNEO

Livro Primeiro

(1826-28)

A CARTA CONSTITUCIONAL

I

As esperanças jacobinas

1. A morte de D. João VI

S. M. fora a Belém comer uma merenda. Era nos primeiros dias de Março. Quando voltou ao palácio achou-se, à noite, mal — cãibras, sintomas de epilepsia — Vieram médicos: o barão de Alvaiázere e o valido cirurgião Aguiar. No dia seguinte (5) o estado do enfermo piorou, e o rei decidiu-se a despir de si o pesado encargo do Governo. A 7, a *Gazeta* publicava o decreto nomeando a Regência, presidida pela infanta D. Isabel Maria cuja bondade merecia as graças particulares do infeliz pai. «Esta minha imperial e real determinação», afirmava o decreto do dia 6, «regulará *também* para o caso em que Deus seja servido chamar-me à sua santa glória, enquanto o legítimo herdeiro e sucessor desta coroa não der as suas providências...» Mas quem era esse legítimo herdeiro? D. Pedro, o brasileiro? D. Miguel, no seu desterro de Viena? Não o dizia o rei moribundo, que toda a vida se achara indeciso, e acabava como tinha existido, sem uma *afirmação* de vontade, entre flatos, na impotência de uma morte oportuna⁽⁶⁾.

Em Lisboa corriam os boatos mais extravagantes. O velho imperador sem império, rei de dois mundos já reduzidos ao que ele chamava o seu *canapé* da Europa, massa humana estendida num leito, era como um valo ou barreira que represava a torrente de ambições e fúrias soltas ou mal contidas em 20, em 23, em 24⁽⁷⁾. O caos de conflitos dinásticos, religiosos, políticos, que a fome universal acirrara ia reaparecer à luz

⁽⁶⁾ *História de Portugal* (3.^a ed.), II, pp. 253-5.

⁽⁷⁾ *Ibid.*, I. VII, 3, 4.

do dia tão depressa o caixão do imperador-rei terminasse a viagem mortuária, do paço ao carneiro de S. Vicente de Fora.

Logo que a notícia da doença se propagou, e, mais ainda, quando apareceu o decreto do dia 6, correu uma opinião forte. D. João VI tinha sido envenenado. A peçonha fora propinada nas laranjas da merenda de Belém; embora o dessem por vivo, era cadáver quando saiu o decreto. Conservavam-no para enganar, para preparar melhor os ânimos. Mas quem era o autor de tamanhos crimes? A rainha, diziam os constitucionais de então. Os constitucionais, diziam os absolutistas apostólicos. Entretanto a rainha era esbulhada da Regência, e se tramara o feito, saía-se duas vezes mal — por isto, e porque à indecisão do decreto responderam o consenso geral e os regentes proclamando rei o brasileiro.

No dia 10 pela tarde morreu o rei, oficial ou realmente. Houve sentimento e lágrimas, porque na sua moleza insípida era bom; sobretudo porque deixava depois de si um vácuo, uma sombra povoada de medos das inevitáveis catástrofes amontoadas e iminentes. Este susto agravava a maledicência geral. Ninguém já punha em dúvida a causa da morte do rei. Os boatos eram positivas certezas — de que o parecer dos médicos depois da autópsia concluía pelo envenenamento. Em tudo se achavam provas. Os absolutistas afirmavam cerradamente que o cozinheiro Caetano fora convidado pelos constitucionais, e que por se recusar morrera com o veneno destinado para o rei: com efeito, o cozinheiro caiu de repente. Por outro lado, atribuíam-se confissões graves ao barão de Alvaiázere que também morrera logo; e o cirurgião Aguiar, sobre quem recaíam as acusações de ter propinado o veneno dos pedreiros-livres, o cirurgião valido que fora brindado com um posto na diplomacia, morria também, assassinado segundo uns, suicida na opinião dos mais — devorado pelos remorsos do crime praticado contra o seu benfeitor! Muita gente dizia ter lido cartas em que de Lisboa se anunciava a doença, a morte certa do rei, bastantes dias antes da merenda de Belém.

Se D. João VI morreu ou não envenenado, nem se sabe, nem importa. O que vale é o facto da opinião geral sobre o caso; e essa opinião acreditava num crime. Os vômitos e delíquios do imperador-rei, o cortejo de cadáveres com que o seu corpo era metido no túmulo, faziam de um crime o intróito da história dos longos crimes da sua sucessão. A tragédia portuguesa começava, e o travo da peçonha acirrava os ânimos prontos para um combate inevitável.



A Regência, e todos, tinham, desde o dia 20, reconhecido D. Pedro IV como rei; mas com a certeza de que esse acto era uma pura formalidade, um incidente sem alcance, um preito, apenas, dado à doutrina da hereditariedade e ao direito da primogenitura. Imperador no Brasil, D. Pedro não podia ser rei em Portugal: havia apenas um ano que se assinara o tratado da separação redigido pelo inglês Stuart, e sabia-se que por coisa alguma a Inglaterra consentiria na reunião dos dois Estados. D. Pedro teria de abdicar por força; e em quem, senão no infante D. Miguel? Então, depois do episódio, pensavam Cadaval e os realistas, reunir-se-iam os Três Estados do reino, as Cortes de Lamego — na verdade das quais todos, absolutistas e revolucionários, acreditavam a esse tempo — e resolver-se-iam as questões constitucionais que o tratado de 1825 deixara em aberto. Tudo se faria em boa paz, e os medos gerais provariam infundados.

Ingénua ilusão! Para além das questões formais havia, no fundo, um duelo inevitável. Quem levaria a melhor? O jacobinismo de 20, abafado em 23, mas não extinto? Ou os apostólicos da rainha, a quem D. João VI nunca deixara vencer inteiramente? Quem venceria? A Religião, ou a Maçonaria? O clero, ou os revolucionários? Deus, ou Satanás? A questão dinástica e política era apenas um aspecto da verdadeira questão — a religiosa. E para esta última nem valiam as combinações dos estadistas, nem os comentários dos textos apócrifos de Lamego: só o ferro, o fogo, o canhão, o punhal, a miséria, e um cataclismo final que terminasse pela morte de um dos contendores.

Os jacobinos, ou *vintistas*, valiam muito pouco em 26; a Nação em peso era realista — mas era moderada, estava medrosa, cansada e com fome. Esperava que D. Miguel tivesse aprendido com o mundo, e aderiria ao plano simples da abdicação de D. Pedro e do reinado do infante — logo que as Cortes regulassem as questões indecisas. Os jacobinos também pediam Cortes, esperando recomeçar a campanha de 20 abortada, esperando transformar os Três Estados em uma Constituinte, a exemplo do 89 francês. E, no pólo oposto da série das opiniões partidárias, via-se a figura satânica da rainha, desterrada pelo marido, odiada por uns, adorada por outros, ansiando com a esperança da volta do *seu* Miguel, filho querido, discípulo amado, servo submisso. O velhaco do esposo terminara esbulhando-a da Regência, mas não pudera felizmente impedi-la de herdar a sua metade do tesouro

do avarento: 50 milhões de cruzados em dinheiro, mais 4 em ouro em pó e barra, e não se sabe quanto em brilhantes do Brasil (Sousa Monteiro, *Hist. de Portugal*). Com esse dinheiro faria mais do que todos: compraria os desembargadores famintos, assoldalaria a plebe de Lisboa, e o exército inteiro, com os seus chefes dedicados, os Silveiras, o Magessi, o Teles Jordão.

2. D. Pedro, o brasileiro

Lord Stuart, que a Inglaterra pusera por tutor ao lado de D. João VI, tinha regressado ao Rio com os tratados de 1825, definitivamente assinados. O inglês era ao mesmo tempo emissário do seu país e agente plenipotenciário do nosso. D. João VI adorava-o, e D. Pedro, no Rio, queria-lhe tanto que o consultava em tudo, e usava com ele as maiores liberdades. A Inglaterra, que por via de Beresford governara Portugal até 1820, teve um fiel procurador dos seus interesses, mantendo-o como assessor dos monarcas portugueses na Europa e na América.

Estava, pois, Stuart no Rio ao lado de D. Pedro, quando aí chegou a notícia da morte de D. João VI: era pelos fins de Abril. Com a notícia iam informes sobre a situação do reino e as decisões tomadas pelo falecido: a constituição da Regência, a hesitação dos partidos, os desejos liberais, as esperanças absolutistas.

D. Pedro contava então trinta anos e nada conhecia de Portugal, de onde saíra aos doze, na memorável noite da fuga perante Junot⁽⁸⁾. Fizera-se no Brasil, ladeado por ingleses, conduzido por liberais⁽⁹⁾; a atmosfera *apostólica* da Península não chegava além do Atlântico, e é mais do que provável que considerasse caturrices velhas as preocupações religiosas dos portugueses. Caturrices perigosas, de meia dúzia de cabeleiras de outro tempo: decerto, Portugal desejava a LIBERDADE! E D. Pedro, moço aventureiro filho de reis, admirava os feitos românticos dos homens novos. Se a imagem de Napoleão, que tanta gente enlouqueceu, não lhe servia talvez de modelo por ser já antiga, a América tinha em Bolívar outro Napoleão; e D. Pedro considerava-se um Bolívar, com a superioridade incontestável, para ele, de ser do sangue dos reis. O que no espanhol fora uma ascensão, era no moço

⁽⁸⁾ V. *História de Portugal* (3.^a ed.), II, pp. 230-3.

⁽⁹⁾ V. *O Brasil e as Colón. Port.* (2.^a ed.), 1. III, 1.

imperador um acto generoso de magnanimidade espontânea que o enchia de orgulho. Um rei que dá a liberdade é incomparavelmente mais do que um general que a conquista. Via-se nobre, via-se herói. E os que o cercavam, discípulos de Bentham, filhos de países sem tradições católicas nem monárquicas, acreditavam que a suma felicidade dos povos consistia nas fórmulas dessas Constituições que dia a dia os novos Estados da América encomendavam ao publicista inglês. Era uma bela ocasião de acentuar a acção reflexa do novo sobre o velho mundo: mandasse-se Bentham de torna-viagem para Lisboa!

A esse tempo andava o Brasil abarbadado com a guerra do Sul; e D. Pedro e os seus conselheiros, cônscios do grande serviço, da inestimável dádiva de uma CARTA, não hesitavam um instante em acreditar que Portugal inteiro agradecería de mãos erguidas, pronto a retribuir esse precioso dom com um auxílio de gente.



Chamou-se o assessor Stuart. «D. Pedro — escrevia este ao seu patrão Canning, para Londres (*Relat. between Gr.-Brit. and Port. Papers*, 30 de Abril) — D. Pedro falou-me em conciliar a amizade dos portugueses dando-lhes uma CARTA; para que, se a guerra do Sul se encaminhasse mal, pudesse obter socorros militares de Portugal, diminuindo o peso que oprime o Brasil». — Stuart não aplaudiu a ideia. Conhecia melhor Portugal, e sobretudo repugnava-lhe o plano dos socorros: em vez de ligar, convinha cindir definitivamente, sem esperança, os dois Estados da monarquia portuguesa: não prejudicar a obra consumada em 1825. Conhecia Portugal e a vizinha Espanha, o procurador inglês, e, às declamações liberais dos discípulos de Bentham, Stuart respondia que, se a ideia da simples convocação dos Três Estados, ou Cortes históricas, já excitava a desconfiança da Espanha e da França, o que não faria uma CARTA liberal, benthamista? D. Pedro não pensara nisso, e ficou impressionado. Por dias não se tornou a falar em CARTA, vingando a opinião de apelar para as antigas instituições portuguesas.

Mas, contra esta resolução, surgiram argumentos sérios. D. Pedro — toda a sua vida o mostra — queria ser um Washington, sem, contudo, deixar de ser um monarca. A liberdade era um *presente*, e não o reconhecimento de um direito popular. *Dar* uma CARTA, satisfazia-o; entregar aos Três Estados a decisão das questões pendentes, não só era perder a ocasião de um acto que lhe afagava a vaidade, como era correr

o risco de as Cortes ganharem consciência própria e desconhecem os direitos da realeza. Apontou a Stuart o exemplo de 89 em França. Decidira não consentir que fosse ninguém, senão ele, a origem da felicidade dos portugueses. A CARTA estava feita (29 de Abril); já nas vésperas confirmara os poderes da Regência; já amnistiara todos os crimes políticos; e, três *dias* depois, D. Pedro, que de Portugal nada queria senão um motivo de glória vaidosa e um exército, publica a sua abdicação na filha, sob a condição de juramento da CARTA e casamento com o tio D. Miguel. Tudo estava combinado, arranjado, satisfatoriamente, a contento das vaidades de uns, das ambições de outros, dos interesses de todos. O inglês trouxera o tratado: agora levava a CARTA. O Brasil retribuía ao papel português com um segundo papel; e o mercúrio Stuart, de viagens, servia as Cortes brigantinas, servindo os mercadores ingleses que as sugavam.

Receando, porém, as consequências das decisões tomadas, Stuart ainda exigiu de D. Pedro uma condição: a CARTA não seria outorgada sem que previamente os Três Estados, reunidos, a jurassem. Não se reformaria a constituição orgânica do Reino, sem que primeiro houvesse a certeza de que Portugal a aprovava. Obtido isto, embarcou com a pasta dos papéis, boceta de Pandora que, ao abrir-se em Portugal, desencadeou a anarquia — sem que no fundo restasse, como no velho mito, a esperança de um futuro!

3. Saldanha, o herói

Em Lisboa acreditava-se geralmente na próxima chegada de uma pura e simples abdicação de D. Pedro em D. Miguel; e muitos andavam já afadigados a preparar as festas, contando com o breve regresso do infante. Era com efeito a solução mais simples, mais verosímil — e teria sido talvez o meio de não fazer de D. Miguel um rei de partido, precipitando a Nação em um duelo de morte. A vaidade de D. Pedro, as opiniões liberais dos brasileiros, as recordações de 20, as promessas de 23, sobretudo a deplorável fraqueza de D. João VI, não o consentiram.

Stuart chegou a Lisboa a 2 (Julho) depois de uma longa viagem que protraiu as indecisões, acirrou os ânimos resolutos de ambos os lados, constituiu os corrilhos políticos. Sabia-se que na mala trazia o destino do País; mas um silêncio absoluto, um mistério impenetrável acompanhavam o emissário. No dia 8 foi para as Caldas, onde a pobre infanta

regente sofria tanto do reumatismo, como das insuportáveis cabalas que a Regência e o Ministério urdiam na confusão ainda indeterminada dos partidos que se formavam (*Relations*, etc. Stuart a Canning).

Antes de Stuart chegar, já por via de França viera a notícia das medidas tomadas no Rio; mas, ou não se lhes conhecia com exactidão o teor, ou se alterava adrede o que se sabia. O facto é que o próprio ministro Barbacena chegara a informar o general Lobo de que se tratava de uma pura e simples abdicação em D. Miguel, sendo isso participado ao exército. Era corrente que havia uma abdicação e uma CARTA, mas nem o escolhido para a Coroa, nem o texto do novo código se conheciam: daí provinham boatos que faziam de D. Pedro um Antcristo demagógico, e da CARTA uma reprodução da ímpia Constituição de 20.

Transpirou por fim a verdade; e os absolutistas, vendo-se codilhados, declamavam furibundos, ou negavam redondamente, afirmando serem puras invenções dos pedreiros-livres as coisas que se diziam, mantendo a versão da abdicação em D. Miguel. Os dias passavam enevoados, indecisos e tristes, como na véspera das trovoadas. Com efeito sentiam-se no ar massas de electricidade política, e de um instante para outro se esperava o fuzilar do primeiro relâmpago.

No Conselho que houvera nas Caldas à chegada de Stuart, a maioria votou contra a publicação da CARTA — uma surpresa! Ninguém a queria, ninguém a pedira. O embaixador da Espanha opunha-se terminantemente, mas Saldanha, moço ídolo das tropas, já laureado nas guerras dos franceses e nas Américas, e para quem principia agora uma nova história; Saldanha que era o general das armas do Porto, onde as sementes jacobinas ou *vintistas* germinavam; Saldanha, ambicioso e audaz, sabia da verdade dos papéis do Brasil e decidiu-se a intervir com a sua espada, cortando por meio as indecisões das Caldas. Escreve; e como não tem resposta, nem da infanta, nem do ministro Barbacena, envia Pizarro^(*): Se até o dia 31 a CARTA se não jurar, juro-a eu, faço-a eu jurar pelo exército! (José Liberato, *Memórias*).

(*) Rodrigo Pinto Pizarro Pimentel de Almeida Carvalhais, primeiro e único barão da Ribeira de Sabrosa (1788-1841), foi um militar e político português, presidente do Conselho de Ministros. Colaborou na Revolta Liberal do Maranhão de 1821-1822. Foi portador do ultimatum a D. Isabel Maria, forçando ao juramento da Carta em 1826. Em 22 de junho de 1834, D. Pedro IV prendia-o. Deputado eleito em 1834, não chegou a tomar assento porque as Cortes anularam a respectiva

De Lisboa para Chaves, iam uns esquadrões de cavalaria: Saldanha mandou-os reter em Gaia como reforço, e ao Barbacena, ministro da Guerra, escreveu que se lhe não cumprissem os desejos (ou ordens) marcharia com as tropas sobre Lisboa (v. as cartas em Carnota, *Mem.*). Deste modo, Saldanha começava a desempenhar o seu papel de Cid moderno, liberal, árbitro armado, poder independente — no fim, *condottiere* à italiana. As lembranças desse primeiro acto ensoberbeciam-no tanto que, ainda em 1860, numa carta pública dirigida a D. Pedro V (11 de Janeiro), afirmava: «Sem esta minha resolução a CARTA ficaria letra morta».

Ao mesmo tempo que assim intimava as suas ordens ao Governo, dirigia-se em tom bem diverso ao ministro inglês A'Court. O observador reconhece, comparando, o grau do nosso abatimento e o papel do inglês entre nós. Saldanha diz assegurarem-lhe que a Rússia e a Espanha intrigam e protestam contra a CARTA, mas que, visto a nossa fiel aliada a aprovar (de outro modo Stuart não teria sido o mensageiro), está pronto a levantar-se à frente das tropas do Norte cuja obediência tem segura (v. a carta em Carnota, *Mem.*).

Já o Porto andava exaltado, já estalavam os foguetes em girândolas, já havia luminárias e sonetos insípidos, clássicos, recheados de alusões a Bruto e Catão. O salseiro de declamações, os entusiasmos ingénuos de 20, vinham outra vez ao lume de água, e havia uma nova camada de rapazes que adoravam como a um Deus o Fernandes Tomás(*), patriarca da liberdade!

eleição. Membro fundador da Sociedade Patriótica Lisbonense em 9 de março de 1836. Voltou a ser eleito deputado em 1837. Presidente do ministério, ministro da guerra e dos negócios estrangeiros de 18 de abril a 26 de novembro de 1839, o último governo inteiramente setembrista. Eleito senador em 1838 e 1840.

(*) Manuel Fernandes Tomás (1771-1822), jurisconsulto português, mentor dos constituintes de 1822. Em 1791 formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra. Ingressou na magistratura em 1801. Durante as invasões francesas prestou valiosa colaboração ao exército anglo-luso. Juiz desembargador do Porto (desde 1818), fundou (1818) o Sinédrio, que desencadearia o movimento que instaurou (1820) a nova ordem constitucional. Encarregue então dos Negócios do Reino e da Fazenda, tornou-se a figura principal do liberalismo português vintista. Principal redactor da Constituição, a ele se deve o radicalismo republicano que a informa. É autor, entre outras obras, de *Repertório Geral ou Índice Alfabético das Leis Extravagantes* (1815-1819), em 2 volumes; *Manifesto da Junta Provisional aos Portugueses* (1821) e *A Revolução de 1820* (1974).

A intimação brutal de Saldanha pôs ponto às hesitações e às cabalas, aos planos de Stuart e às tenções dos ministros, dando força à infanta e uma negativa formal ao veto da Espanha. A 12 saiu a CARTA na *Gazeta*, marcando-se o dia 31 para o juramento solene. Não houvera remédio senão obedecer à tropa, mas os ministros esperavam que tudo ficasse no *papel*. Com o Porto não podiam; mas em Lisboa sopeavam os entusiasmos, não deixando que em S. Carlos se tocasse o hino — obra de D. Pedro. Tocava-se, porém, de noite pelas ruas, e o nome de Saldanha andava em todas as bocas, adornado com os epítetos lisonjeiros do uso do tempo.



A sua intervenção sabida fora decisiva, e todo o jacobinismo português o exaltava como chefe, ao mesmo tempo que as tropas o adoravam como herói, como forte, como jovem. Depois de exigir a publicação, exigira o juramento da CARTA fixado já para o dia 31. D. Pedro dera-a; mas Saldanha era quem a tornava, de uma promessa, em uma realidade. Dissolveu-se a antiga Regência, ficando a infanta só, regente em nome da rainha D. Maria II — uma criança que havia de vir a casar com o tio, logo que tudo se combinasse. Saiu o antigo, formou-se novo ministério liberal em que entrava Saldanha, mais que ministro, ditador, general, tudo! Era a mola real, a chave, o fecho da abóbada do novo edifício liberal; e em Lisboa, no Porto, em Coimbra, por toda a parte onde formigava um movimento jacobino, Saldanha era aclamado como esperança da Pátria e braço armado da Liberdade.

As festas do juramento no fim de Julho foram brilhantes nas duas cidades: a burguesia letrada e comercial que dispunha de dinheiro era a classe em que o novo regime tinha adeptos. No Porto, onde Saldanha ainda estava, o dia 31 começou por uma salva real de artilharia. Houve o juramento nos paços do Senado, e parada no campo de Santo Ovídio: daí veio Saldanha à frente da tropa, descendo a Rua do Almada toldada de bandeiras, à Sé, ouvir o *Te-Deum*. Das janelas afogavam-no num dilúvio de flores. Era saudado com os lenços, aclamado em vivas. Nas ruas, os moços abraçavam-se enternecidos, trocando parabéns. Gravito, que dois anos mais tarde acabou na forca, fizera versos, como todos:

*Já não pesa em nossos pulsos
Esse vil, férreo grilhão
Que d'escravos nos fez livres
— Divinal Constituição;*

*Foi dos céus que dimanou
Tão suave inspiração!
Foi um Deus que nos mandou
Divinal Constituição!*

E assim por diante, uma longa toada onde o gosto e o bom-senso se acham sem dúvida ofendidos, mas onde a fé é viva, o entusiasmo ingénuo e ardente, a ilusão cândida.

À noite, a cidade apareceu iluminada, e em S. João houve récita de gala. Saldanha, *Campeão da Liberdade*, no camarote real, de pé, apresentou ao público o retrato de D. Pedro, o *dador*. Havia uma *alegria prodigiosa*, diz a *Borboleta*, jornal do tempo. A sala enchia-se com os vivas à Carta, ao *dador*, à rainha, a Saldanha!

*A Lusa herdada glória reverdece,
O lugar de nação Lísia retoma
E ao seu libertador mil hinos tece!*

Na Rua das Flores havia serenatas; e em Gaia os dois Passos tinham organizado festas esplêndidas. Era um tablado à beira do rio com um obelisco adornado de retratos e alegorias da Constituição. Havia um Templo-da-Memória alumiado com milhares de candeias, e de uma tribuna as famílias liberais assistiam às danças das lavradeiras nos seus trajes de gala, carregadas de ouro em corações e cruces de filigrana cobrindo o peito.

*Viva, viva p'ra sempre, ó portuenses!
Pedro, Constituição, Pátria, Saldanha!*

Os Passos, ambos rapazes, ambos ingénuos e bons, entusiastas, eram dois heróis nas festas. O mais moço, Manuel, que na História veremos erguer-se como um tipo de nobreza ingénuo e candidez, defendera teses em Coimbra, em 23, condenando a aventura de Vila Franca, tomando para assunto direito natural:

Coacta servitus legibus naturae contraria;

e comentando a teoria dos juristas com o espírito de um estóico:

A morali nunquam sejugenda Politica

Aplaudira calorosamente Saldanha, reservando-se, porém, a íntima liberdade, contra os ditadores e os tiranos. Sob o nome arcaico de Almeno Damæta corria impresso o soneto que fizera:

*Da lisonja o turíbulo odioso
Não posso manejar, não sei, não quero;
Criou-me a liberdade assim austero,
Qual de Bruto discípulo orgulhoso*

*(Da pátria rei) o vulto majestoso
Do grão Tomás nunca incensei (severo)
Quando foi nume ou rei: hoje o venero
Que é pó e está na campa! — Homem famoso!*

*Assente-se nos túmulos verdade;
E sua boca o chamou da Pátria esteio
Pai, fundador da lusa liberdade.*

*Saldanha é tal: mas no porvir não leio.
Julgá-lo só pertence à postr'a idade
E em vida até louvar Catão receio.*

Tinha razão o moço que em detestáveis versos punha os melhores sentimentos, os mais fundados receios. Pobres heróis, tristes ilusões!

Em Lisboa as festas não foram menores, nem menos ruidosas. Na Rua dos Fanqueiros, de três em três, cada frade de pedra tinha um mastro de louro com balões de cores, acesos à noite. Nos topos da rua havia arcos onde, em letras de papel dourado, estava escrito — Constituição — com os retratos de D. Pedro e de D. Maria feitos pelo Sendim: D. Pedro, de guerreiro antigo, armado, a defender a filha. Na Conceição Nova havia um templo onde tocava a banda do 16. No Rossio, no Poço Novo, em S. Paulo, no Cais do Sodré, por toda a parte se viam arcos, obeliscos, templos, e de noite festões de luz e músicas. A festa do Cais do Sodré era feita à custa dos frequentadores do café *grego*, antigo

foco do liberalismo comerciante⁽¹⁰⁾, pelo Lamas, pelo Cunha Viana, pelos Costas, pelo Travessa, pelo Fernandes. Na Rua de S. Paulo, no armazém de carnes do Moniz, a futura corte constitucional comentava as festas, entre esperanças e receios. Eram o Rodrigo e Silva Carvalho(*), Pizarro, Alves do Rio(**) e outros. Ainda moço, já Rodrigo sublinhava com ironia as declarações formais dos miguelistas futuros, como o conde da Ponte que exclamava por toda a parte — «Carta e nada mais, Carta e nada menos!» (*Apont. da vida de um homem obscuro*).

Mas no comum das pessoas sucedia então o que sempre sucedera e há-de suceder enquanto houver homens: dominar a onda da simplicidade ingénuas, das boas esperanças optimistas. Ficava-se comovido, arrasavam-se os olhos de lágrimas benfazejas, quando se via a infanta regente, de caminho para a Sé, ao *Te-Deum*, parar em frente de um dos arcos, na Rua Augusta: vinham treze meninas de azul e branco com vinte e cinco (os anos da regente) pombas brancas de fitas azuis nas asas!



Em 3 de Agosto saiu Saldanha do Porto para Lisboa a tomar conta do seu Ministério. Embarcou feito um herói, um salvador. Ninguém duvidava de que o seu braço tão valente na guerra, fosse o mesmo no Conselho. E não foi então, não o foi nunca. Breves meses o demonstraram.

O entusiasmo do juramento da CARTA cobria mal um ardor menos aparatoso mas mais forte, menos brilhante mas mais quente: o despeito dos interesses ameaçados, o escrúpulo das consciências ofendidas

⁽¹⁰⁾ V. *Hist. de Portugal* (3.^a ed.) II, pp. 267.

(*) José da Silva Carvalho (1782-1856) político português. No Porto foi co-fundador do Sinédrio que forjou a revolução de 1820. Como o triunfo do miguelismo emigrou para Inglaterra. Membro da regência e ministro de D. João VI, após a vitória dos liberais foi ministro de D. Pedro e D. Maria II, tendo negociado os empréstimos externos de 1834. Com o setembrismo (1836) abandonou a vida política.

(**) Manuel Alves do Rio (1777-1849), juiz, político e maçom português. Bacharel em Cânones pela Faculdade de Cânones de Coimbra, foi perseguido em 1810, durante a Setembrizada, e esteve vários anos deportado nos Açores. Foi deputado às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa em 1821 e 1822 pela Estremadura, e às Cortes Ordinárias por Tomar de 1822 a 1823, e pelos Açores de 1826 a 1828. Voltou, anos depois, às Cortes Constituintes de 1837, onde permaneceu de 1837 a 1838.